



VIAÇÃO OURO E PRATA S.A.

CNPJ: 92.954.106/0001-42 - NIRE 43 3 0000429 5

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, ficando, desde já a inteira disposição para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. A Direção Porto Alegre, 30 de Junho de 2021.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - (Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	2020	2019	PASSIVO CIRCULANTE	Nota	2020	2019
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Disponibilidades		13.514.653,53	8.256.325,91	Fornecedores		11.540.799,42	7.408.430,08
Clientes		10.065.973,17	13.688.329,67	Empréstimos e financiamentos		40.858.179,83	40.871.357,02
Estoques		3.900.838,50	5.244.193,97	Obrigações fiscais		19.807.012,99	10.073.561,65
Impostos a recuperar		8.830.273,17	7.687.787,75	Obrigações trabalhistas		9.877.006,59	12.801.105,45
Títulos a receber		55.188.559,36	41.691.018,45	Partes relacionadas		39.472.421,32	38.024.425,47
Adiantamentos		2.090.673,97	2.083.072,40	Juros sobre o capital próprio a pagar		459.748,06	1.843.126,10
Despesas do Exercício Seguinte		70.404,12	792.668,33	Distribuição de lucros a pagar		1.700.000,00	-
Total circulante		93.661.375,82	79.443.396,48	Créditos de Clientes		5.123.726,25	10.333.268,24
NÃO CIRCULANTE				Outras contas a pagar		74.353,14	105.528,80
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				Total circulante		128.913.247,60	121.460.802,81
Partes relacionadas		12.756.653,71	13.434.238,75	NÃO CIRCULANTE			
Adto. p/Futuro Aumento de Capital - AFAC		2.066.430,17	1.863.000,38	Partes relacionadas		-	346.365,44
Depósitos e cauções		11.023.553,07	10.849.230,92	Empréstimos e financiamentos		64.079.704,43	67.483.442,95
Títulos a receber		9.069.942,88	18.400.575,54	Obrigações fiscais		24.098.432,53	16.093.174,66
Tributos e Contribuições		-	-	Provisão para contingências		2.300.000,00	4.858.249,30
Diferidas		1.198.256,26	2.156.774,91	Tributos/Contribuições diferidas		150.259,52	469.015,08
Total realizável a longo prazo		36.114.836,09	47.143.820,50	Total não circulante		90.628.396,48	89.250.247,43
Investimento		40.596.105,52	51.803.179,27	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado		82.124.802,31	91.056.540,12	Capital social		60.000.000,00	60.000.000,00
Intangível		25.196.984,67	26.671.598,10	Reserva de lucros		1.769.495,03	24.497.043,20
Total não circulante		184.032.728,59	216.675.137,99	Lucros ou Prejuízos Acumulados		(3.908.714,93)	(3.908.714,93)
TOTAL		277.694.104,41	296.118.534,47	Ajuste de Avaliação Patrimonial		291.680,23	910.441,03
				Total patrimônio líquido		58.152.460,33	85.407.484,23
				TOTAL		277.694.104,41	296.118.534,47

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em reais)		
	2020	2019
RECEITA OPER. BRUTA		
Venda de passagens	154.591.722,19	264.441.893,26
Venda de encomendas	9.584.708,18	10.808.792,13
Venda de excursões	511.079,27	3.496.928,55
(-) Impostos e vendas canceladas	(32.090.658,93)	(46.138.271,54)
RECEITA LÍQUIDA	132.596.850,71	232.609.342,40
CUSTO SERVIÇOS PRESTADOS	(123.184.075,72)	(191.049.408,34)
LUCRO BRUTO	9.412.774,99	41.559.934,06
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas administrativas	(20.400.627,03)	(25.290.512,92)
Despesas corporativas	(4.645.632,59)	(8.344.522,70)
Provisão de contingências	1.131.249,30	(4.052.249,30)
Provisão p/Perda n/Recto. Créditos	260.923,14	(331.980,31)
Resultado de equiv. patrimonial	(11.080.193,30)	(3.074.566,35)
Outras rec. (desp.) operacionais	10.847.764,11	13.607.846,14
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	(14.473.741,38)	14.073.948,62
Despesas Financeiras	(17.699.331,55)	(18.533.101,99)
Receitas Financeiras	7.752.936,79	7.170.464,79
RESULTADO ANTES DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	(24.420.136,14)	2.711.311,42
Juros sobre Capital Próprio	-	(2.000.000,00)
RESULTADO OPERAC. LÍQUIDO	(24.420.136,14)	711.311,42
Resultado Líquido de Operações	1.509.454,00	3.857.436,69
Descontinuadas	-	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	(22.910.682,14)	4.568.748,11
IR e Contribuição Social - Correntes	-	(1.733.490,61)
IR e Contribuição Social - Diferidos	-	810.638,08
RESULTADO LIQ. EXERCÍCIO ANTES DOS JUROS S/CAPITAL PRÓPRIO	(23.869.200,79)	3.645.895,58
Reversão juros s/o capital próprio	-	2.000.000,00
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(23.869.200,79)	5.645.895,58
Resultado líquido por lote de mil ações	(22.098,27)	5.227,01

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - (Valores expressos em reais)		
	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RESULTADO LIQ. DO EXERCÍCIO	(23.869.200,79)	3.645.895,58
AJUSTES AO RESULTADO LÍQUIDO		
Depreciação e amortização	11.092.682,05	12.969.386,54
Provisão/Reversão para Contingências	(2.558.249,30)	2.052.249,30
Resultado de Equivalência Patrimonial	11.080.193,30	3.074.566,35
Ajustes Exercícios Anteriores	(1.611.575,03)	(945.346,39)
VARIAÇÕES DE ATIVOS E PASSIVOS		
Aumento Direitos Realizáveis	(8.959.651,72)	(10.587.541,26)
Red./Aum. Realizável a Longo Prazo	11.232.414,20	(5.521.125,48)
Aumento do Passivo Circulante	7.452.444,79	8.589.820,68
Aum./Red. do Exigível a Longo Prazo	4.255.153,91	(6.709.739,82)
Efeitos de incorporação nas variações de Ativos e Passivos	-	3.452.551,89
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	8.114.211,41	10.020.717,39
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de direitos de imobilizado/Intangível	(1.750.000,00)	(9.174.650,13)
Vendas Bens dos Investimentos/Imobilizado	797.546,00	2.657.433,31
Adto. p/Futuro Aumento de Capital	(203.429,79)	(780.739,89)
Líquido de Caixa Obtido em Incorporação de Controlada	-	(95.499,77)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(1.155.883,79)	(7.393.456,48)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Distribuição de Lucros	-	(1.700.000,00)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(1.155.883,79)	(1.700.000,00)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES	5.258.327,62	2.627.260,91
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	8.256.325,91	5.629.065,00
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	13.514.653,53	8.256.325,91

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - (Valores expressos em reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Incentivos fiscais	Retenção de Lucros	Ajuste Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	60.000.000,00	3.907.238,09	-	14.823.858,85	1.222.727,08	-	79.953.824,02
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(945.346,39)	(945.346,39)
Ajuste de Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	-	3.141.888,34	3.141.888,34
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial pela Depreciação	-	-	-	-	76.491,27	(76.491,27)	-
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial pela Venda Bens	-	-	-	-	(549.652,44)	-	(549.652,44)
Realização Tributos diferidos s/Ajuste Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	160.875,12	-	160.875,12
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	5.645.895,58	5.645.895,58
Destinação do lucro do exercício:							
- Constituição de reserva legal	-	182.294,78	-	-	-	-	182.294,78
- Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(2.000.000,00)	(2.000.000,00)
- Retenção de lucros	-	-	-	5.583.651,48	-	(5.583.651,48)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	60.000.000,00	4.089.532,87	-	20.407.510,33	910.441,03	-	85.407.484,23
Constituição de Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	1.769.495,03	(1.769.495,03)	-	-	-
Distribuição de Lucros	-	-	-	(1.700.000,00)	-	-	(1.700.000,00)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(1.611.575,03)	(1.611.575,03)
Ajuste de Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	-	544.512,72	544.512,72
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial pela Venda Bens	-	-	-	-	(937.516,36)	-	(937.516,36)
Realização Tributos diferidos s/Ajuste Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	318.755,56	-	318.755,56
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(23.869.200,79)	(23.869.200,79)
Compensação de Prejuízos	-	(4.089.532,87)	-	(16.938.015,30)	-	21.027.548,17	21.027.548,17
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	60.000.000,00	-	1.769.495,03	-	291.680,23	(3.908.714,93)	58.152.460,33

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 - (Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Viação Ouro e Prata S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Av. Frederico Mantz, nº 1419, bairro Navegantes, Porto Alegre - RS. Tem por objeto social o transporte rodoviário coletivo de pessoas, no âmbito intermunicipal, interestadual e internacional, na condição de concessionária ou permissionária dos respectivos órgãos concedentes de serviços; o transporte turístico de superfícies, mediante autorização da Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR; o transporte rodoviário de cargas e encomendas em geral, podendo ainda, a critério da diretoria, participar de outras sociedades e delas se desvincular livremente. 1.1. Estado de Calamidade Pública - Coronavírus (Covid 19): Diante do estado de calamidade pública conforme Decreto Legislativo nº 06, de 06/03/2020, e da emergência de saúde decorrente da pandemia do Coronavírus (Covid 19) reconhecida pela Organização Mundial da Saúde, ocasionaram uma série de medidas governamentais que trouxeram impactos nas atividades das empresas. A rápida e repentina propagação da epidemia do Coronavírus (Covid 19) afetou drasticamente vários setores produtivos e comerciais, além de confinar pessoas e fragilizar a economia mundial. Com o fechamento de fronteiras estaduais e internacionais, afetou diretamente as empresas de transporte de passageiros no exercício de 2020, as receitas mais afetadas foram as operações das linhas intermunicipais do Estado do Rio Grande do Sul e Interestaduais entre os Estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Nesse período, a Companhia se valeu de todas as medidas provisórias disponibilizadas pelo governo, que visavam minimizar os impactos nos negócios, e garantias de emprego e renda. Entre os diversos riscos e incertezas aos quais a Companhia está sujeita, aguarda-se do governo, a continuidade das medidas Econômicas Fiscais, enquanto durar esta pandemia, que visem assegurar o cumprimento e sequência de seus objetivos Sociais e Estatutários, e nos pressupostos de sua continuidade operacional para os próximos exercícios.

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram elaboradas com a observância dos critérios contábeis constantes na Lei das S/A, com a nova redação dada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 (arts. 37 e 38), atendem plenamente os Pronunciamentos Técnicos CPC (CPC 26, item 16) e basearam-se nos fatos econômicos identificados na documentação, informações e declarações fornecidas pela administração da entidade.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: 3.1. Classificação de itens Circulantes e Não Circulantes: No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vinculadas ou com expectativas de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimentos ou com expectativas de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes. 3.2. Compensação Entre Contas: Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação. 3.3. Instrumentos Financeiros: Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos: A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A. Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e freqüente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem. B. Empréstimos e recebíveis: Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. C. Ativos mantidos até o vencimento: São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Neste caso, estes ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. D. Ativos financeiros disponíveis para venda: Os ativos financeiros disponíveis para venda são não-derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não-circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada contra patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment"). 3.4. Disponibilidades: Estão representadas por depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, avaliadas ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial. 3.5. Estoques: Os estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado. (nota 05). 3.6. Demais ativos circulantes e não circulantes: São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. 3.7. Investimentos: São avaliados ao custo de aquisição e reduzidos por provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável, os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial - MEP e tem como contrapartida uma conta de resultado. (nota 07). 3.8. Imobilizado: Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. O imobilizado a ser mantido e utilizado na consecução de suas finalidades é revisado para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. (nota 08). 3.9. Intangível: O ativo intangível está registrado ao custo de aquisição dos bens, construção ou concessão/permissão/autorização do poder público, ajustado pelas amortizações acumuladas, que estão calculadas pelo método linear, e as taxas de amortização do intangível foram estabelecidas considerando-se a vida útil econômica dos bens, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão. O intangível a ser mantido e utilizado na consecução de suas finalidades é revisado para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. 3.10. Demais passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais. 3.11. Reconhecimento da receita: As receitas provenientes das vendas de passagens são reconhecidas a partir da emissão dos tickets de viagem, excluídas as vendas onde ainda não ocorreu o embarque do passageiro, em atendimento a Seção 23 da NBC T 19.41.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS: A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as melhores práticas contábeis, requer que a administração faça estimativas para contabilizar determinados ativos, passivos e outras transações apresentadas nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos poderão apresentar variações em relação às estimativas. a. Vida útil dos ativos: Os imobilizados são depreciados durante a sua vida útil, levado em consideração a taxa de depreciação e amortização com base na vida útil empresarial (vida útil interna) considerando o uso do bem até a data definida pela empresa, segundo sua gestão estratégica, podendo o uso ser por prazo determinado ou indeterminado. b. Processos legais: A administração reconhece as provisões atribuídas para riscos de perdas em processos legais cíveis, tributários e trabalhistas. Estas perdas são baseadas na probabilidade de sucumbência estimada pelos escritórios de advogados, e previstas em cada processo judicial. c. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido: Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos sobre diferenças temporárias estão calculados de acordo com a legislação tributária vigente, sendo imposto de renda à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre parcela excedente de R\$ 240 mil, e contribuição social à alíquota de 9%.

5. ESTOQUES: 2020 2019 Peças e acessórios 3.413.312,95 4.427.071,80 Combustíveis 648.551,70 595.266,26 Óleos e lubrificantes 119.121,97 129.217,68 Pneus e câmaras 211.937,62 295.677,73 EPI's 9.818,68 14.298,24 Provisão Perdas de Estoques (501.904,42) (217.337,74) Total 3.900.838,50 5.244.193,97

6. TÍTULOS A RECEBER: Mediante a operação de incorporação da subsidiária integral Agropecuária Santa Célia Ltda., em 2015, verteu para a INCORPORADORA a carteira de títulos da dívida agrária (TDA'S), bem como, os direitos sobre o Processo de Execução de Sentença sob nº 10351-29.2003.4.01.3600, onde figuram como partes a Exequente Viação Ouro e Prata S/A, como sucessora da empresa incorporada Agropecuária Santa Célia Ltda e como executado o Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA. Em 2020, o saldo da carteira da conta de curto prazo importa o valor de R\$ 48.969.499,22 (quarenta e oito milhões, novecentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e noventa e nove reais e vinte e dois centavos). Em 02/06/2020, o juiz da 1ª Vara Federal de Cuiabá, requisitou ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a emissão do Precatório para o devido pagamento da indenização, conforme requisição nº 255/2020. Em 2017, a companhia reconheceu o crédito junto ao Departamento Autônomo de Estrada de Rodagem - DAER, no valor de R\$ 3.294.953,50 decorrente de tarifas de pedágio pagas indevidamente em exercícios anteriores, cujo direito foi reconhecido através de processo judicial nº 001/10502730556, movido a partir do exercício de 2003 e, que tramitou em julgado em 2017. Em 2020, o saldo das contas de curto e longo prazo atualizados importam no valor de R\$ 4.256.984,08.

7. INVESTIMENTOS: Incentivos Fiscais 38.036,17 Outras Participações 10.686,72 Outros Investimentos 951.893,17 Coligadas e Controladas 50.802.563,21 Total em Operação Saldos em 31/Dez./2019 51.803.179,27 Baixas 671.393,17 Equivalência Patrimonial (11.080.193,30) Equivalência Patrimonial pelo PL 544.512,72 Saldos em 31/Dez./2020 38.036,17 10.686,72 280.500,00 40.266.882,63 40.596.105,52

O grupo Outros Investimentos, correspondem a imóveis localizados nos municípios de Porto Alegre e Santarém, não destinados para manutenção das atividades da Companhia. O grupo coligadas e controladas, correspondem a investimentos em sociedade coligadas sob controle comum e, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

8. IMOBILIZADO: Imóveis e Terrenos 211.107,53 Instalações e Construções 133.669,48 Máquinas e Equipamentos 1.270.336,74 Móveis e Utensílios 37.082,30 Veículos e Embarcações 87.547.799,57 Imobilização em Prop. Terceiros 1.856.544,50 Total em Operação Saldos Residuais 31/Dez./2019 211.107,53 133.669,48 1.270.336,74 37.082,30 87.547.799,57 1.856.544,50 91.056.540,12 Baixas (1.063.669,19) Depreciações (4.000,00) (12.372,29) (419.375,99) (9.992,33) (7.111.840,13) (7.557.580,74) Amortizações (310.487,88) Saldos Residuais 31/Dez./2020 207.107,53 121.297,19 840.658,28 27.089,97 79.382.592,72 1.546.056,62 82.124.802,31

O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente em suas operações. A administração entende que esses Ativos são plenamente recuperáveis por meio do fluxo de caixa das operações futuras. Durante o exercício findo em 31/12/2020, a companhia não identificou existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos acima do valor recuperável, e desta forma nenhuma provisão foi efetuada.

9. OBRIGAÇÕES FISCAIS: O Saldo das contas de curto e longo prazo que importam no valor de R\$ 43.905.445,52 (Quarenta e três milhões, novecentos e cinco mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos). Deste montante, o valor de R\$ 3.801.144,53 (três milhões, oitocentos e um mil, cento e quarenta e quatro reais e cinquenta e três centavos) refere-se ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei 13.496/2017, com atualização monetária pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) com a prerrogativa de amortização de 145 parcelas mensais junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, e também o REFIS Lei 12.996/2014, no valor de R\$ 2.742.363,37 (dois milhões, setecentos e quarenta e dois mil, trezentos e sessenta e três reais e trinta e sete centavos) com atualização monetária pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), com a prerrogativa de amortização de 180 parcelas mensais junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB.

10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDAS: a. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativos Provisões Saldo 31/12/2020 Provis